

Informar, politizar e organizar: comunicação associativa e imprensa operária em Manaus (1890-1920)

To inform, politicize and organize: associative communication and the labor press in Manaus (1890-1920)

Dhyene Vieira dos Santos¹

Doutorado em História

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

dhyene.vieira@hotmail.com

Resumo: A imprensa operária em Manaus constituiu-se em um importante instrumento de organização e politização da classe trabalhadora, configurando-se como espaço de divulgação de ideias, construção de projetos identitários e mobilização coletiva. Este artigo analisa o papel da imprensa operária como instrumento de articulação dos trabalhadores, identificando os diferentes projetos de identidade coletiva e as correntes ideológicas em disputa. Por meio da análise de periódicos como *A Luta Social*, *Vida Operária* e *O Extremo Norte*, o estudo demonstra que a imprensa não era homogênea, mas refletia um campo de disputas entre correntes anarquistas, socialistas e reformistas. Cada uma defendia estratégias distintas, que iam da ação direta à participação institucional, contribuindo para a construção de diferentes projetos de identidade coletiva. Os resultados evidenciam o papel da imprensa na criação de redes associativas e na veiculação de pautas como a jornada de oito horas de trabalho, contribuindo para a História Social do Trabalho ao demonstrar o dinamismo do movimento operário na cidade de Manaus.

Palavras-chave: Imprensa Operária; Movimento Operário; Associativismo.

Abstract: The labor press in Manaus constituted an important instrument for the organization and politicization of the working class, serving as a space for the dissemination of ideas, the construction of identity projects, and collective mobilization. This article analyzes the role of the labor press as a tool for workers' organization, identifying the different projects of collective identity and the ideological currents in dispute. Through the analysis of newspapers such as *A Luta Social*, *Vida Operária*, and *O Extremo Norte*, the study demonstrates that the labor press was not homogeneous but rather reflected a field of disputes among anarchist, socialist, and reformist currents. Each of these advocated distinct strategies, ranging from direct action to institutional participation, thereby contributing to the construction of different projects of collective identity. The findings highlight the role of the press in the creation of associative networks and in promoting demands such as the eight-hour workday, contributing to Labor History by demonstrating the dynamism of the labor movement in the city of Manaus.

Keywords: Labor Press; Working-Class Movement; Associativism.

¹ Bolsista do PROPOSDOC/UEA, cumprindo estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Introdução

A imprensa operária constituiu-se como um importante instrumento de organização dos trabalhadores, atuando em estreita sintonia com as associações de classe. Para além de mobilizar seus leitores, esses periódicos cumpriam a função informativa, divulgando atividades e acontecimentos de relevância local, nacional e internacional.

Para Alcina Cardoso e Silvia Araújo, os jornais constituem fontes privilegiadas para a compreensão das ideias e concepções formuladas pelos próprios trabalhadores. Por serem produzidos no interior desse universo social, reúnem um conjunto expressivo de reflexões e posicionamentos que possibilitam aos historiadores compreender de forma mais aprofundada as experiências, os processos de conscientização e as formas de organização da classe trabalhadora (Cardoso; Araújo, 1983, p. 100).

Jorge Jardim observa que uma história da imprensa operária é também uma história das instituições operárias, das ideologias, dos líderes e das conjunturas específicas em que esses periódicos foram produzidos. Trata-se de uma relação direta e orgânica, estreitamente vinculada às lutas e aos processos de organização dos trabalhadores (Jardim, 1990, p. 15). Nesse sentido, os jornais passaram cada vez mais a ser utilizados nas investigações no campo da História Social, pois possibilitam o acesso às condições cotidianas e visões culturais, políticas e sociais que os documentos “oficiais” não tinham condições de entregar (Decca, 1987, p. 97).

Entretanto, a análise desses periódicos não pode ser dissociada dos contextos históricos em que foram produzidos, nem das condições materiais que possibilitaram sua existência. Conforme salienta Luciano Teles, os jornais operários, assim como os jornais comerciais, eram permeados por interesses políticos, ideológicos, econômicos e sociais, que norteavam a escolha das temáticas e a estrutura narrativa (Teles, 2018a, p. 124). Tal observação evidencia a necessidade de evitar leituras ingênuas dessas fontes, compreendendo-as como objetos complexos inseridos em dinâmicas de poder.

Considerando a centralidade da imprensa para a ação coletiva dos trabalhadores, reconhecida inclusive nas resoluções dos Congressos Operários Brasileiros (Rodrigues, 1979), e a expressiva dinâmica associativa observada em Manaus, este artigo busca responder à seguinte questão: qual foi o papel da imprensa operária manauara na organização dos trabalhadores urbanos e quais projetos de identidade coletiva foram difundidos por meio dela entre 1890 e 1920?

O objetivo deste estudo é analisar a imprensa operária em Manaus como um importante mecanismo de organização dos trabalhadores amazonenses. Parte-se da compreensão de que esses

periódicos exerciam funções políticas e formativas, atuando na construção de discursos, na difusão de projetos coletivos e na elaboração de identidades compartilhadas no meio operário.

A expansão da economia de exportação da borracha gerou mudanças em Manaus entre o final do século XIX e início do século XX. Conforme observam Pinheiro e Pinheiro (2017b), a dinamização da atividade gomífera integrou Manaus aos circuitos nacionais e internacionais de comércio, convertendo a cidade em um importante centro de circulação de mercadorias e pessoas. Como resultado desse processo, a população de Manaus passou de aproximadamente 38.720 habitantes em 1890 para mais de 80 mil em 1912, acompanhando a expansão da economia da borracha e retraindo-se posteriormente em razão da crise que atingiu o setor na década de 1910 (Pinheiro; Pinheiro, 2017b, p. 27-28).

Esse crescimento urbano esteve diretamente relacionado à ampliação e diversificação do mundo do trabalho. A cidade concentrava trabalhadores vinculados ao setor portuário, ao comércio, aos serviços urbanos, ao funcionalismo público e a um conjunto de oficinas e pequenas fábricas. Entre as categorias mais expressivas destacavam-se estivadores, carregadores, catraieiros, carroceiros, marítimos, gráficos, operários da construção civil e empregados do comércio, este último considerado o setor que reunia o maior contingente de trabalhadores formais da capital (Pinheiro; Pinheiro, 2017b, p. 32-35). Paralelamente, expandia-se um significativo mercado informal, composto por vendedores ambulantes, trabalhadores domésticos e outras ocupações que integravam o cotidiano urbano (Pinheiro; Pinheiro, 2017b, p. 38).

Embora frequentemente associada à prosperidade gerada pela economia da borracha, Manaus possuía um setor industrial relativamente modesto, composto sobretudo por oficinas, tipografias, marcenarias, serrarias, fundições e pequenos estabelecimentos voltados ao beneficiamento de produtos regionais e à fabricação de bebidas, gelo e vestuário (Pinheiro; Pinheiro, 2017b, p. 35). Ainda assim, o crescimento da população trabalhadora e a ampliação das experiências coletivas de trabalho contribuíram para o fortalecimento do associativismo e das formas de mobilização operária que marcaram a vida social e política da cidade durante a Primeira República.

Nesse contexto de expansão urbana e de diversificação das atividades econômicas, surgiram no Amazonas os primeiros jornais operários, que se consolidariam ao longo das primeiras décadas do século XX. Periódicos como *O Restaurador* (1890), *Gutenberg* (1891-92), *Operário* (1892), *Tribuna do Caixeiro* (1908-09), *Confederação do Trabalho* (1909), *A Luta Social* (1914), *A União* (1914), *Folha Marítima*

(1916), *O Constructor Civil* (1920), *Vida Operária* (1920), *Extremo Norte* (1920), entre outros, expressavam demandas, interesses e posicionamentos políticos dos trabalhadores no Amazonas (Pinheiro, 2014, p. 257).

Metodologia

A estratégia geral desta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de natureza histórica, com um delineamento descritivo e exploratório. O planejamento foi orientado pelo objetivo de compreender o fenômeno da imprensa operária em Manaus, explorando seus discursos e relações com o mundo do trabalho, sem a intenção de estabelecer generalizações estatísticas, mas sim de interpretar significados e práticas sociais em seu contexto específico.

O levantamento documental contemplou diferentes periódicos operários que circularam em Manaus entre 1890 e 1920, entre eles *Gutenberg*, *Operário*, *Tribuna do Caixeiro*, *Confederação do Trabalho*, *A Luta Social*, *Vida Operária* e *O Extremo Norte*. Esses títulos foram utilizados para compreender o desenvolvimento da imprensa operária amazonense e identificar as distintas correntes políticas presentes no movimento dos trabalhadores. Entretanto, em razão da disponibilidade das fontes e da riqueza analítica de seus conteúdos, a análise aprofundada concentrou-se nos jornais *A Luta Social* (1914), *Vida Operária* (1920) e *O Extremo Norte* (1920), tomados como estudos de caso para examinar os diferentes projetos de identidade coletiva e as estratégias de organização difundidas pela imprensa operária.

A interpretação das fontes foi realizada por meio da análise do discurso articulada à investigação histórica dos periódicos. Neste trabalho, essa perspectiva não é empregada em sua acepção estritamente linguística, mas como um procedimento voltado à identificação dos sentidos produzidos nos textos, das estratégias de persuasão empregadas pelos redatores e das representações construídas acerca dos trabalhadores e de suas organizações. Nesse sentido, os jornais são compreendidos como espaços de produção de discursos socialmente situados, vinculados a contextos específicos de disputa política, ideológica e social (Cardoso; Araújo, 1983, p. 100).

Assim, os textos foram examinados em sua relação com as práticas associativas e os projetos defendidos pelos grupos responsáveis pelas publicações. A análise também foi orientada pelo “tripé” proposto por Ferreira (1988, p. 6), que compreende a imprensa operária a partir de suas lideranças, suas associações e, em alguns casos, dos partidos operários, permitindo uma compreensão integrada

do fenômeno. Ademais, seguiu-se a premissa de Teles (2018a, p. 124) de evitar leituras ingênuas dessas fontes, considerando os interesses e contextos que influenciaram sua produção.

A imprensa operária como estratégia de organização dos trabalhadores em Manaus

Desde o seu surgimento, os jornais operários mantiveram uma relação orgânica com as associações de trabalhadores. Conforme observa Jorge Jardim, “em cada organização operária que se fundava, uma das primeiras providências era a publicação de um jornal” (Jardim, 1990, p. 26). Em Manaus, essa simbiose era evidente. Periódicos como *Gutenberg* e seu sucessor, *O Operário*, eram produzidos nas oficinas da Associação dos Artistas Gráficos, então em processo de formação. O *Gutenberg* definia-se como: “de exclusiva propriedade de uma associação artística tipográfica, órgão defensor das nossas causas, galgando um espaço singelo e desembaraçado no cunho das letras, artes, literatura e de tudo” (*Gutenberg*, Manaus, n. 1, 15 nov. 1891). Desde o primeiro número, o jornal acalentava a ideia de empreender uma intervenção política mais audaciosa, buscando “organizar o operariado amazonense e criar mecanismo de atuação política, inclusive parlamentar, através da criação de um partido operário” (Pinheiro, 2015, p. 182).

Por outro lado, o jornal *Operário* surgiu em 1892 como continuação do jornal *Gutenberg*. Embora contasse com indivíduos que haviam participado do periódico anterior, apresentava-se sob outro nome e formato. Em seu programa, afirmava ser o “órgão especial da classe dos operários”, dedicando-se especialmente à defesa dos interesses gerais dos trabalhadores (*Operário*, Manaus, 12 dez. 1892). Quanto às questões políticas, declarava que “guardará sempre que puder a neutralidade, e quando porventura tenha de emitir os seus assertos fará com a máxima franqueza, não atendendo a outros interesses que os da comunidade” (*Operário*, Manaus, 12 dez. 1892). Semelhante ao *Gutenberg*, em suas folhas eram evidentes textos direcionados aos trabalhadores, abordando sua participação na política e apresentando candidatos em nome do Partido Operário (*Operário*, Manaus, 12 dez. 1892).

Laura Antunes Maciel argumenta que, para compreender os investimentos na criação e manutenção de periódicos, é necessário buscá-los “em sua própria experiência, em suas justificativas e nos termos em que foram discutidos, em função de seus horizontes sociais e a capacidade de articular os interesses e aspirações coletivas” (Maciel, 2008, p. 111). Com efeito, é possível vislumbrar, na prática, o que o “fazer imprensa” representava para os trabalhadores envolvidos nessa atividade, seja diretamente, na produção dos periódicos, seja como receptores das mensagens veiculadas. Essas

iniciativas também podem ser compreendidas como estratégias de formação profissional, voltadas sobretudo ao aprimoramento dos conhecimentos e das técnicas relacionadas aos ofícios exercidos pelos trabalhadores.

Para Luciano Teles, o ato de reunir trabalhadores para a criação de um jornal representava, por si só, uma ação de organização de classe, visando ao “convencimento dos trabalhadores de que existe uma alternativa para um mundo melhor” (Teles, 2020, p. 09). Refletir sobre a imprensa produzida pelos trabalhadores ajuda-nos a repensar aspectos tradicionalmente utilizados para caracterizá-la. A historiadora Beatriz Loner observa que os jornais operários contribuíram para a formação da identidade de classe e que não deveriam ser confundidos com as associações, “porque os jornais, normalmente, possuíam uma linha política definida e congregavam apenas alguns já posicionados em relação àquela orientação ou em torno de um ideal” (Loner, 1999, p. 367).

O típico jornal operário dividia-se em três partes principais: 1) doutrina e teoria; 2) conhecimentos úteis; e 3) literatura: contos, folhetos, poemas etc. Essa estrutura também estava presente nos periódicos de Manaus, cujos conteúdos e organização refletiam suas funções doutrinárias, informativas e pedagógicas.

A parte doutrinária era constituída por artigos de propaganda associativa, geralmente longos e dissertativos, escritos por colaboradores intelectuais e autodidatas. Já a seção de “Conhecimentos úteis” era uma constante, refletindo a preocupação em fornecer aos operários conhecimentos relacionados aos seus ofícios. Um exemplo são os “10 mandamentos das leis tipográficas”, publicados no jornal *O Extremo Norte*, que demonstravam a exigência de domínio técnico e linguístico para o pleno exercício da profissão.

[1] Pensaras que uma tipografia é propriedade particular; [2] Não a confundirás com uma taberna ou botequim; [3] Pagaras os anúncios e as obras que mandas publicar; [4] Entrarás no estabelecimento como em um templo da arte; [5] Não palestrarás no escritório da redação, nem empatarás o tipógrafo com perguntas viciosas ou não; [6] No te aproximarás da mesa de revisão; [7] Não te chegarás para os prelos, nem para as caixas a ler ou abiscoitar os originais, o que vale a censura, de que te esqueceste da educação que te deram; [8] Não terás estultas pretensões literárias; [9] Escreverás limpo, claro e ortograficamente, e o que publicares seja teu e não plagiado; [10] Corrigirás tuas provas, mas a tempo, sem exigires que te mandem a casa, e ao revisitá-las, não argumentarás períodos nem eliminarás parágrafos coisa de embirração por qualquer tipógrafo (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 05 jun. 1920).

Os textos publicados na imprensa operária visavam, sobretudo, estimular o espírito de luta e resistência dos trabalhadores em seus locais de trabalho e em suas associações. Além disso, buscavam

denunciar a exploração exercida pelos capitalistas e questionar as instituições que sustentavam ou legitimavam a ordem capitalista. Seu propósito era também incentivar a mobilização em prol de melhores condições de vida e de trabalho, construindo uma imagem de um mundo isento de problemas sociais e estruturais, onde a felicidade e o bem-estar estavam ao alcance de todos. Nos periódicos, eram publicados trechos e artigos de teóricos do movimento, resoluções de congressos e conferências, assim como textos que ofereciam orientações táticas para a luta dos trabalhadores.

A relevância atribuída aos jornais pelo movimento operário estava expressa, inclusive, em muitos estatutos de organizações operárias. Essas entidades extrapolavam suas funções assistenciais, isto é, a solidariedade de classe exercida por meio de auxílios em casos de desemprego, doença, custeio de funerais, entre outros benefícios. Era o caso da *Sociedade Benéfica União dos Fogueiros de Manaus*, fundada em 1906, uma das entidades de trabalhadores mais estáveis do Amazonas, que manteve suas atividades até, pelo menos, a década de 1930. Em seus estatutos, no capítulo dedicado aos objetivos da sociedade, observa-se que a entidade tinha como meta “desenvolver a propaganda escrita dos seus princípios por meio de um jornal, e promover conferências instrutivas em prol da classe”, destinando recursos próprios para a concretização desse propósito (Pinheiro, 2017a, p. 316).

A importância estratégica da imprensa não era uma percepção apenas local, mas uma diretriz do movimento operário em âmbito nacional. Nas primeiras décadas do século XX, durante o I Congresso Operário Brasileiro, realizado em abril de 1906, no Centro Galego, no Rio de Janeiro, uma das resoluções aprovadas tratava da relevância da propaganda entre os trabalhadores, especialmente daquela voltada para o sindicalismo, isto é, para a divulgação dos “fins e métodos de luta das sociedades de resistência”. O Congresso enfatizava que essa propaganda deveria ser realizada por meio de jornais, folhetos, cartazes e manifestos, instrumentos que possibilitavam disseminação das ideias e reivindicações dos trabalhadores. Essa deliberação evidenciava a importância da comunicação como estratégia de fortalecimento da conscientização e da mobilização da classe trabalhadora (Rodrigues, 1979, p. 106).

Esse debate tornou-se tão importante que, no II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, a resolução referente à propaganda sindical foi ampliada. Entre as recomendações aprovadas, aconselhava-se que os trabalhadores utilizassem jornais, folhetos, cartazes e manifestos como instrumentos de difusão de suas ideias. Defendia-se, ainda, a distribuição massiva desses impressos e que todas as agremiações realizassem essa prática com maior frequência entre seus associados, contribuindo também para a manutenção e publicação desses materiais:

Que a Confederação Operária Brasileira organize uma série de excursões permanentes pelos Estados, nomeando para este fim um ou mais propagandistas, que percorrerão sucessivamente as diversas regiões do Brasil, trabalhando pela sistematização da organização operária, remodelando as que se encontrem calcadas nos velhos moldes e organizando as classes que estejam desunidas. Para este fim, deverá ser criada uma caixa especial – mantida pelas contribuições das sociedades, por subscrições voluntárias, festivais e espetáculos (Rodrigues, 1979, p. 136-137).

Segundo Luciano Teles, as lideranças operárias envolvidas no esforço de estabelecer uma organização de alcance nacional deparavam-se com desafios, refletidos tanto na irregularidade da periodicidade dos jornais quanto na limitação de seu alcance (Teles, 2022, p. 09). Na cena histórica amazonense, o militante Tércio Miranda destacou-se como sendo uma das lideranças libertárias atuantes na propaganda e na organização dos trabalhadores. Oriundo de Portugal, chegou a Manaus por volta de 1912 ou 1913. Participou do II Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1913, ocasião em que assumiu a função de delegado especial da *Confederação Operária Brasileira*, com a missão de organizar os trabalhadores da região Norte. (*A Luta Social*, Manaus, n. 4, 01 set. 1914).

Por meio das folhas operárias, difundiam-se questões relacionadas à luta do operariado e a um amplo movimento de ideias (Teles, 2018b, p. 119). Entre os temas que circulavam nos periódicos estavam não apenas a organização e a mobilização em torno de pautas do mundo do trabalho, como a redução da jornada de trabalho, as penalidades e multas consideradas injustas, os baixos salários, as demissões indevidas e a instabilidade no emprego, mas também propostas educativas, manifestações artísticas e culturais e reflexões sobre as condições de vida dos trabalhadores.

Reconstituir os vínculos entre esses jornais e as associações mantidas pelos trabalhadores não é tarefa fácil, pois tais relações nem sempre eram assumidas ou explicitadas. No entanto, é fundamental identificar características presentes em suas páginas que permitem compreender o público ao qual se destinavam. Entre os temas recorrentes nos jornais operários estava a questão da organização dos trabalhadores, como atesta uma publicação da *Tribuna do Caixeiro* a respeito da *Associação dos Empregados no Comércio*: “Vamos caixeiros de Manaus, unamo-nos, façamos confiantemente a construção sólida do edifício da nossa união, com o mesmo pensamento e com o mesmo sincero amor de irmãos que somos de uma classe” (*Tribuna do Caixeiro*, Manaus, n. 17, 09 ago. 1908).

Em geral, no conjunto da imprensa operária, os conteúdos relacionados aos mundos do trabalho e às próprias associações eram direcionados aos próprios trabalhadores. Esses conteúdos

abrangiam desde a fundação das entidades, identificando se eram associações beneficentes, mutualistas ou de resistência, até iniciativas voltadas à sua expansão e fortalecimento. Em muitos jornais, havia espaços específicos destinados à divulgação dessas informações. No jornal *O Extremo Norte*, por exemplo, uma de suas colunas era dedicada à editoria “Associações”, na qual eram divulgadas deliberações e movimentações das sociedades com as quais o periódico mantinha contato.

A diretoria da *Sociedade Beneficente União dos Fogueiros no Amazonas*, pede por nosso intermédio o comparecimento de todos os consórcios, no dia 13 do corrente, às 8 horas, a fim de se proceder as eleições dos membros que tem de dirigir os destinos da mesma, de 1º de maio do corrente ano, a igual data de 1921 (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 13, 08 abr. 1920).

Além disso, os jornais também retratavam o papel do associativismo, sobretudo como espaço de realização de diversas atividades. Entre elas, destacavam-se a prestação de contas das diretorias e as reuniões destinadas à organização de eventos comemorativos, como o Primeiro de Maio e o aniversário de fundação das agremiações.

Em sua sede social a rua Barroso, reuniram-se às 17 horas do dia 28, os corpos dirigentes das *Artes Gráficas do Amazonas*, para deliberarem sobre a comemoração do dia de hoje. [...] Ofícios, comunicações e cartas de outras Sociedades desta capital, tudo concernente á magna data de 1º de maio, foi de que constou o expediente. Terminada esta parte, ficou assentada a realização de uma sessão solene a efetuar-se hoje as 9 horas, conforme marca os seus Estatutos, para a qual são convidadas todas as associações de Manáos. O sr. Presidente nomeou em seguida várias comissões, que tomarão parte nos festejos de hoje. Durante a sessão solene terão a palavra oradores já comissionados e, depois, será franca a quem dela quiser fazer uso (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 01 mai. 1920).

Assim, as mensagens que circulavam nos periódicos contribuíam para que tais temas alcançassem seu público estratégico. A abertura dos jornais às associações favorecia a ampliação de sua circulação, tendo em vista o interesse dos trabalhadores em fortalecer sua organização na cidade. Ressalta-se que os espaços de sociabilidade foram fundamentais, pois, nesses ambientes, os jornais operários circulavam e os militantes proferiam suas ideias, alcançando o maior número possível de trabalhadores.

Nas folhas operárias, também eram desenvolvidas análises estruturais e conjunturais da sociedade, abordando o lugar dos trabalhadores na ordem social e as possibilidades de seu fortalecimento coletivo. Discutiam-se ainda as condições de existência da classe trabalhadora, as desigualdades sociais, a exploração do trabalho e as formas de ação do operariado, especialmente no

que se refere à sua participação política, aos protestos, às greves e à construção de projetos de identidade coletiva.

No jornal *Vida Operária*, foram numerosas as pautas relacionadas às condições de vida e de trabalho dos trabalhadores, tanto em âmbito local quanto em diálogo com experiências de outras localidades. Entre os temas abordados, destacavam-se as questões relativas às mulheres, como o direito de voto, o acesso às profissões para além da medicina e do magistério, a participação nas diretorias das associações e sua inserção na vida política em geral.

Justo é, pois, que as senhoras brasileiras, possuídas como se acham de uma certa educação e preparo, também como nossas representantes no seio do Parlamento Nacional, ou nos Congressos Estaduais, ou nas Municipalidades, lhes sejam facultados os mesmos direitos de tomarem parte ativa na vida do nosso país, e concorrendo com as suas opiniões no bem-estar do seu surgimento. (...) (*Vida Operária*, Manaus, n. 2, 15 fev. 1920).

As pautas de gênero, embora não ocupassem posição central, apareciam nos jornais como indicativo de debates mais amplos sobre a composição da classe trabalhadora. O jornal *Vida Operária*, por exemplo, defendia o direito ao voto feminino e a ampliação das profissões acessíveis às mulheres para além do magistério e da medicina, conforme registrado em sua edição de 15 de fevereiro de 1920. Essa defesa, contudo, frequentemente se ancorava em uma perspectiva que reforçava o papel moralizador atribuído à mulher na sociedade, evidenciando os limites desse debate mesmo entre os setores mais institucionalizados do movimento.

Outra pauta que ganhou destaque nas folhas operárias foi a luta pela jornada de oito horas de trabalho. As extensas jornadas então vigentes eram frequentemente denunciadas por comprometerem a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, reduzindo o tempo disponível para atividades como estudo, lazer, convívio familiar e descanso. Conforme observou Luciano Teles:

A ideia de dividir o dia em três oito horas, sendo uma dessas porções voltadas ao trabalho, provocou um debate público. Nos jornais operários isso significava conquistar tempo para a educação, o lazer e o descanso. [...] A jornada de oito horas por dia foi defendida nos periódicos operários amazonenses, de modo articulado com uma luta internacional iniciada no século XIX (Teles, 2018a, p. 240).

Com efeito, as pautas das greves, quando presentes nos jornais operários, era abordada de diferentes maneiras, a depender das concepções políticas e estratégias defendidas por seus articulistas, conforme será discutido mais adiante. O que se pode afirmar é que o tema ocupava espaço significativo nas páginas desses periódicos. Enquanto *A Luta Social* defendia a greve como um instrumento legítimo de luta e transformação social, outros jornais adotavam posições mais cautelosas ou mesmo críticas.

No *Vida Operária*, por exemplo, alguns articulistas enfatizavam os efeitos considerados “contraproducentes” de determinadas paralisações. Já os editores da *Tribuna do Caixeiro* viam a greve com reservas, uma vez que os trabalhadores do comércio frequentemente buscavam estabelecer relações de cooperação com seus empregadores e privilegiavam outras formas de negociação para alcançar suas reivindicações. De modo semelhante, *O Extremo Norte* também apresentava críticas ao recurso grevista (Teles, 2018a, p. 159).

Os projetos de identidades dos trabalhadores nos jornais operários

A construção dos projetos de identidade operária em Manaus foi um processo gradual e complexo, que passou pela busca do reconhecimento entre iguais e pelas relações estabelecidas entre diferentes identidades sociais, que se influenciavam mutuamente. Esse processo foi construído pelas peculiaridades locais e pelo contexto histórico em que esses trabalhadores estavam inseridos. Para a análise da realidade de Porto Alegre, Isabel Bilhão optou por um enfoque que privilegiou a noção de experiência identitária, “na qual a interação das vivências pessoais e sociais, em seus múltiplos papéis e pertencas, deve ser considerada de forma relacional”. Para contemplar esse enfoque, a abordagem da autora priorizou três aspectos da construção identitária: “o reconhecimento, a distinção e a memória coletiva” (Bilhão, 2008, p. 33).

Ao tratar das limitações do conceito de identidade, Isabel Bilhão ressalta que a identidade dos trabalhadores não se restringe aos domínios do conhecimento do ofício, sendo necessário considerar também as vivências “fora das fábricas” e oficinas, ou seja, não se pode perder de vista “os particularismos da esfera local com suas peculiaridades de desdobramentos”, observando, “que essa construção identitária não ocorre de forma isolada, tanto no que diz respeito à sociedade na qual está inserida o grupo de identidade quanto, em um contexto mais amplo” (Bilhão. 2008, p. 23-26).

Em relação à realidade de Manaus, percebe-se que os projetos de identidade dos grupos de trabalhadores organizados em associações foram construídos por meio de um processo gradual, assim como ocorreu com a composição dos jornais. Essa identidade se constitui como uma estrutura de escolhas e determinações, uma vez que não seguiu um modelo preestabelecido, sendo construída nas interações sociais. Para discutirmos essas dimensões, trazemos para o cerne do debate os jornais operários de Manaus, cujos perfis ideológicos variavam conforme as propostas que defendiam, desde a ênfase na ação direta e na crítica radical à ordem vigente até a defesa da participação institucional e

da colaboração entre classes. Por meio deles, foi possível evidenciar aspectos da cultura associativa dos trabalhadores, seguindo seus projetos e programas defendidos por suas associações. Observa-se que os grupos responsáveis pelos periódicos encaravam determinadas questões de formas distintas no que se refere à organização dos trabalhadores.

Para Teles, os jornais operários que circularam em Manaus no final do século XIX e início do século XX refletiam distintas tendências em suas pautas. O *Gutenberg* (1891-92), *Operário* (1892), *Vida Operária* (1920), *O Extremo Norte* (1920) e *O Constructor Civil* (1920), por exemplo, destacavam-se pela defesa dos direitos dos trabalhadores e pela crítica às estruturas de exploração, congregando gráficos, marinheiros, construtores civis, pedreiros e foguistas. Já a *Confederação do Trabalho* (1909) e a *Tribuna do Caixeiro* (1908-1909) priorizavam a negociação com os patrões e a atuação dentro do sistema vigente, atraindo sobretudo categorias do comércio e da indústria. Por outro lado, *A Lucta Social* (1914) e *A União* (1914) propagavam a organização autônoma dos trabalhadores e a rejeição às estruturas políticas formais, exercendo forte influência entre práticos, carroceiros, boleiros e alfaiates (Teles, 2018a, p. 238-239).

Determinar a linha ideológica desses jornais nem sempre é tarefa fácil, sobretudo porque, em muitos casos, há poucos exemplares disponíveis para análise e as informações sobre eles se restringem a referências esparsas. De qualquer forma, salienta-se que, embora seja possível identificar tendências distintas nos periódicos, as organizações de trabalhadores a eles vinculadas nem sempre assumiam publicamente posições explícitas, o que não significava necessariamente aceitação passiva das condições impostas.

Conforme podemos constatar, algumas entidades apareciam com mais frequência em determinados jornais, de acordo com as concepções editoriais adotadas por esses periódicos e impressos em geral. Essas posturas refletiam diferentes concepções acerca do tipo de organização que os trabalhadores deveriam adotar. Em alguns casos, defendiam-se associações de cunho beneficente, voltadas prioritariamente para a assistência aos trabalhadores; em outros, privilegiava-se uma perspectiva de resistência, baseada na criação de sociedades e sindicatos orientados por estratégias de mobilização direta.

Tabela 1 - Projetos de Identidade nos Jornais Operários de Manaus (1890-1920)

Jornal	Ano	Orientação ideológica	Associações congregadas	Projeto de Identidade
<i>Confederação do Trabalho</i>	1909	Reformista/ Colaboracionista	Associação dos Empregados do Comércio; Confederação do Trabalho no Amazonas.	Identidade de cidadão-trabalhador, buscando integração ao sistema vigente via participação eleitoral e diálogo com as elites.
<i>A Luta Social</i>	1914	Anarquista/ Sindicalista Revolucionária	Federação Marítima; Federação Operária do Amazonas; Sindicato dos Trabalhadores Gráficos; Sindicato dos Operários Manipuladores de Pão; Sindicato dos Sapateiros; Sociedade das Artes Gráficas no Amazonas; União dos Chauffeurs, Carroceiros e Boleiros; União dos Alfaiates.	Identidade de classe antagônica ao capital e ao Estado, baseada na ação direta, autonomia operária e rejeição às estruturas políticas formais.
<i>Vida Operária</i>	1920	Socialista/ Institucional	Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil; Associação dos Construtores Cíveis do Amazonas; Associação Amazonense de Cirurgiões Dentistas; Centro Beneficente dos Mechanicos; Centro Operário do Amazonas; Colligação dos Officiais da Marinha Mercante; Sindicato dos Cigarreiros; Sindicato dos Estivadores do Amazonas; Sociedade União Beneficente dos Foguistas no Amazonas; Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas; União Operária Nacional; União de Classe dos Pedreiros; União dos Moços e Marinheiros.	Identidade de classe institucionalizada, que buscava a conquista de direitos via reformas legais, participação parlamentar e atuação dentro das instituições.
<i>O Extremo Norte</i>	1920	Socialista	Sindicato Operário dos Cigarreiros; Sindicato dos Estivadores; Sindicato dos Cigarreiros; Sociedade Beneficente União dos Foguistas no Amazonas; Sociedade das Artes Gráficas no Amazonas; Sociedade das Quatro Artes; União Operária Amazonense.	Identidade socialista por ofício, baseada na organização estrita por categoria profissional como fundamento para a construção do socialismo.
<i>O Constructor Civil</i>	1920	Socialista/ Associativista	Associação da classe das Quatro Artes de Construção Civil; Associação das Artes Gráficas do Amazonas; Centro Operário Nacional; União Operária Nacional;	Identidade corporativa, voltada para a defesa de direitos específicos da categoria, com ênfase na

União dos Foguistas;
União dos Marinheiros;
União dos Pedreiros;
União dos Alfaiates.

organização associativa
setorial.

Fonte: Elaborada pela autora com base em Teles (2018, p. 238-239), Pinheiro (2015, p. 195) e análise dos periódicos.

A tabela 1 demonstra a correlação entre orientação ideológica, base associativa e projeto de identidade coletiva veiculado pelos periódicos. A análise dos dados evidencia que a imprensa operária em Manaus constituiu um campo de disputa no qual distintos projetos de “ser trabalhador” foram formulados e confrontados. De um lado, jornais como *A Lucta Social* construíam uma identidade de classe antagônica e revolucionária, fundamentada na ação direta e na rejeição ao Estado e ao capital, o que se refletia em sua base sindical combativa. Em posição oposta, a *Confederação do Trabalho* propunha uma identidade de cidadão-trabalhador voltada para a integração e o reconhecimento dentro da ordem vigente, por meio da negociação e da participação eleitoral. Em uma posição intermediária, embora distinta, publicações como *Vida Operária* e *O Extremo Norte* defendiam uma identidade de classe institucionalizada que, embora socialista, apostava na conquista de direitos via reformas legais e da organização por categoria profissional, conforme evidencia a crítica de *O Extremo Norte* à *União Operária Nacional* (*Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 05 jun. 1920).

Como se pode observar, a imprensa operária esteve sempre vinculada a alguma forma de organização dos trabalhadores, fossem sociedades beneficentes, sindicatos, federações ou partidos. Para compreender a dinâmica associativa à qual as folhas operárias de Manaus estavam relacionadas, analisaremos os jornais *A Lucta Social* (1914), *Vida Operária* (1920) e *O Extremo Norte* (1920).

A Lucta Social (1914)

O jornal *A Lucta Social*, fundado em Manaus em 1914, foi resultado da articulação de um grupo de trabalhadores com forte ligação à *Confederação Operária Brasileira*. Composta por oito páginas distribuídas em três colunas cada, a publicação contava com um número considerável de seções sob a responsabilidade do redator Tércio Miranda. Seu conteúdo era direcionado especificamente aos trabalhadores de Manaus, abrangendo desde moções, apelos e correspondências até artigos sobre a importância da organização, convocações para mobilizações e contos. Em seu programa editorial, destacava-se a crítica tanto aos patrões quanto às incoerências observadas no próprio movimento dos trabalhadores:

Este jornal, que vae criticar e condenar a iniquidade dos grandes, não aplaudirá, apesar disso, as incoerências e a falsa conduta dos pequenos. E tanto assim, que apresentando-se em suplemento publica hoje a título de informação, e para que não haja, mais tarde, motivo de arrependimento, entre os trabalhadores, que vivem dificulosamente (*A Lucta Social*, Manaus, 27 fev. 1914).

Sheldon Leslie Maram observa que a imprensa vinculada às correntes mais radicais era direcionada aos trabalhadores por meio de uma linguagem de fácil compreensão, frequentemente repetitiva e, por vezes, marcada por análises simplificadas da realidade (Maram, 1979 p. 89). O autor ressalta, contudo, que seu propósito era conduzir os trabalhadores à ação direta e fornecer-lhes orientação adequada para essa atuação. Os editores do jornal rejeitavam a luta operária pela via parlamentar, defendendo que a transformação social deveria ocorrer através da mobilização direta dos trabalhadores (*A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 01 set. 1914).

A proposta editorial defendida pelo jornal, baseada na ação direta, apresentava-se como uma alternativa de emancipação para o operariado, contrapondo-se aos modelos que privilegiavam a negociação com os patrões. Nas páginas de *A Lucta Social*, observa-se uma narrativa que enfatizava o sindicato como instrumento fundamental para a formação política e libertária dos trabalhadores, rejeitando associações consideradas conciliadoras (*A Lucta Social*, Manaus, n. 4, 01 de jun. 1914).

Com efeito, merece atenção a afirmação de que a greve se tornou o “embrião do sindicato”. Muitos sindicatos nasceram da mobilização dos trabalhadores. Na visão dos editores do jornal, a greve manifestava-se como um “episódio de guerra social”, cuja prática havia se transformado profundamente sob a influência do sindicalismo. Para eles, a greve já não era considerada como um “mal” inevitável ou uma simples expressão do antagonismo entre trabalho e capital, mas um dos fenômenos da própria revolução:

[...] Por consequência, a greve já não é olhada como um “mal”, mas como um bom sintoma d’um acréscimo do espírito de revolta manifestando-se como um fenômeno de expropriação parcial do capital. Reconheceu-se que os seus resultados só podem ser favoráveis para a classe operária; sob o ponto de vista moral, há um acréscimo do espírito de luta, sob o ponto de vista material, o assalto contra um lado da sociedade capitalista, que permite uma diminuição de privilégios da classe exportadora, que se traduz por um aumento de bem-estar e de liberdade para a classe operária (*A Lucta Social*, Manaus, n. 3, 01 jun. 1914).

Assim, para os editores do jornal, as greves poderiam ser classificadas como em ofensivas, difusivas, de dignidade e de solidariedade, sendo esta última a mais comum no meio operário. Como

se pode observar, a ação direta, uma das principais características do sindicalismo revolucionário francês, foi amplamente utilizada durante a Primeira República como um importante instrumento de resistência da classe operária:

Várias podem ser as cousas de greve, pois que toda a forma d'opressão e de exploração podem originar um conflito; no entanto, podemos esboçar a seguinte classificação: greves ofensivas (pedindo melhoria de situação); difusivas (para se oporem a que o patrão retome regalias adquiridas); greves de dignidade (para se subtraírem á insolência dos mestres ou contramestres d'oficina para obter a supressão de práticas humilhantes); greves de solidariedade (declaradas para afirmar a solidariedade com um ou mais companheiros ou com outra corporação). (*A Lucta Social*, Manaus, n. 3, 01 jun. 1914).

Os editores e redatores do jornal militavam no movimento operário, orientando e construindo associações, além de elaborarem matérias formativas e informativas destinadas a uma classe trabalhadora que ansiava por melhores condições de vida. O conteúdo presente nas folhas operárias obedecia a uma lógica discursiva voltada para a análise da estrutura e do funcionamento das sociedades, identificando os conflitos entre as diferentes classes e as formas de organização do trabalho. O jornal defendia enfaticamente o sindicalismo como o modelo ideal de organização operária, criticando abertamente as associações beneficentes.

A defesa do sindicato como associação de classe, espaço no qual o trabalhador fortalecia sua consciência coletiva e refletia sobre questões relacionadas às suas necessidades, à solidariedade entre os pares e ao enfrentamento da burguesia, ajuda a compreender as críticas dirigidas às associações beneficentes. Os colaboradores do jornal *A Lucta Social*, em seus discursos, incentivavam os operários a se organizarem em associações de resistência.

Fundemos sociedades de classe, porém, não essas sociedades caça-níqueis, denominadas beneficentes – porque elas são a negação absoluta das ideias reivindicadoras. Organizemo-nos, repito, mas dentro das mais modernas aspirações libertárias, nas bases sólidas do sindicalismo puro – única forma adotada na escola operária-racionalista; isto é, no Socialismo Libertário, porque só de seu seio surgirá a aurora redentora da liberdade iluminando a senda de uma Sociedade Nova, de Paz e de Concórdia. Zed Ndure (*A Lucta Social*, Manaus, 27 fev. 1914).

Como se pode observar, os redatores possuíam uma concepção própria acerca do associativismo e do significado de ser associado. Diante das demandas enfrentadas pelos trabalhadores e da atuação de um Estado que pouco investia em direitos para a população pobre, privilegiando os interesses das elites e dos setores econômicos dominantes, a organização de sociedades de trabalhadores apresentava-se como uma alternativa para enfrentar essas condições. As associações de

resistência funcionavam como espaços de solidariedade e apoio mútuo, voltados à defesa dos interesses coletivos de seus integrantes.

É com o movimento de classe, com o nome significativo de “Sindicalismo”, que o operariado se tem mancomunado na conquista de melhor salário e de menos horas de trabalho. Porém, como são condições belas a organização do operariado e dos seus feitos valorosos dizê-lo os movimentos de todos os dias das contínuas batalhas entre o capital e o trabalho, afirmando-os seus êxitos, - o operário ou trabalhador de Manáos não deve ficar alheio ao movimento mundial que se ergue a olhos vistos, formando forte base, com alicerces seguros (*A Lucta Social*, Manaus, 29 mar. 1914).

O grupo de *A Lucta Social* defendia que somente por meio do movimento de classe, denominado “sindicalismo”, os trabalhadores poderiam conquistar melhores salários e a redução da jornada de trabalho. Nessa perspectiva, apontava que as associações deveriam se organizar como sindicatos de resistência e, por meio da ação direta, buscar a emancipação dos trabalhadores (Teles, 2017, p. 118). Acreditava-se que essa estrutura organizativa do operariado poderia produzir resultados positivos para a classe trabalhadora e fortalecer o enfrentamento cotidiano entre capital e trabalho. Somente por meio da união que os trabalhadores conseguiriam alcançar respostas positivas às suas demandas.

O jornal também defendia a criação de federações como uma estratégia fundamental para promover a união e a solidariedade entre trabalhadores de diferentes ofícios e ramos de atividade. Antes mesmo da criação da *Federação Operária do Amazonas*, iniciativa conduzida pelo grupo ligado a *A Lucta Social*, suas páginas já destacavam a importância da organização federativa:

O nobre e sublime papel, que compete a Federação é o levantamento moral, intelectual e material das classes operárias. Por isso aqueles que aceitarem a honrosa missão de representar o seu Sindicato, devem ter em conta a responsabilidade moral, que assumem perante a sua classe. Todos devem conservar a sua independência de caráter, quer nas discussões, quer nas ações. Mas todos devem dirigir também a sua ação impulsiva, no sentido de levantar a vida e os interesses do operariado em geral. (...) Pensai no vosso futuro, que é o vosso pão e a vossa vida. Nem o pão nos é dado pelo governante potente, nem a vida nos é concedida pelo deus supersticioso. O pão é a vida e a vida é o nosso esforço, a nossa luta. Precisamos, pois, de harmonizar estas duas coisas, unindo-nos para impor a nossa consciência. – Caio Publio (*A Lucta Social*, Manaus, n. 3, 1 jun. 1914).

Em 1914, foi constituída em Manaus a *Federação Operária do Amazonas* (FOA), vinculada à *Confederação Operária Brasileira*. Desde sua fundação, a entidade foi liderada pelo militante Tércio Miranda, que, juntamente com o grupo operário *A Lucta Social*, desenvolveu ações voltadas para a organização dos trabalhadores na cidade.

A FOA englobava sindicatos não federados, federações profissionais e industriais, bem como sociedades corporativas ou mistas atuantes no Amazonas. Sua criação fundamentava-se na convicção de que a solidariedade era essencial para todos os trabalhadores, tornando-se necessária a união de esforços na defesa de seus interesses e reivindicações. O grupo ligado ao jornal *A Lucta Social* sustentava a ideia de que a propaganda e a educação contribuiriam para o fortalecimento dos laços de solidariedade, aproximando os trabalhadores de sua emancipação. (*A Lucta Social*, Manaus, 01 mai. 1914).

Sua estrutura administrativa previa a participação de três delegados de cada federação existente no Amazonas e dos sindicatos não federados, até que estes se constituíssem em federações, momento em que passariam a contar com seus próprios delegados. Além disso, os grupos e jornais de propaganda operária poderiam nomear delegados. Os organismos do interior do estado também tinham essa prerrogativa, desde que seus representantes fossem residentes na cidade, com a ressalva de não acumularem mais de três representações. Os mandatos dos delegados tinham duração de dois anos e poderiam ser revogados caso o conselho federal constatasse falta de assiduidade, incompetência moral ou tendências contrárias aos objetivos da organização federativa. Ao final dos estatutos, o documento era assinado, em nome do grupo *A Lucta Social*, pelo militante Tércio Miranda.

Em síntese, *A Lucta Social* constituiu-se como o principal veículo das concepções sindicalistas revolucionárias em circulação no Amazonas durante a década de 1910. Suas páginas procuravam construir uma identidade operária fundamentada na ação direta, na solidariedade de classe e na autonomia frente ao Estado e aos patrões. O jornal buscava formar militantes e incentivar formas de organização consideradas capazes de conduzir os trabalhadores à emancipação social.

Vida Operária (1920)

Por sua vez, o jornal *Vida Operária* apresentou-se à sociedade amazonense em fevereiro de 1920. Tinha como diretor Elesbão do Nascimento Luz e como redatores Hemetério Cabrinha e Paulinho Carvalho. Ao longo de sua existência, foram publicados vinte e seis números, sendo o primeiro em 8 de fevereiro de 1920 e o último em 26 de setembro do mesmo ano. Adotava como lema “paz, labor e liberdade/ honra, dever e justiça” (*Vida Operária*, Manaus, n. 11, 18 abr. 1920).

O periódico apresentava uma plataforma de reivindicações bastante abrangente para os primeiros anos do século XX, mostrando que as lutas dos trabalhadores não se restringiam a demandas econômicas imediatistas, mas envolvia também um projeto político mais amplo. A leitura de suas

páginas demonstra que seus editores defendiam que essas transformações deveriam ocorrer por meio da ação institucional, incluindo a participação parlamentar.

Estruturado em quatro páginas distribuídas em quatro colunas, com exceção da última, reservada a anúncios, o jornal *Vida Operária* circulava em Manaus por meio de uma rede que incluía sedes associativas, escolas, institutos, bares e botequins. Por intermédio desse circuito de distribuição, as pautas defendidas pelo periódico alcançavam regularmente seus leitores.

Ao adentrarmos a análise do *Vida Operária*, observa-se que o jornal apontava três elementos fundamentais para a luta dos trabalhadores em defesa de seus direitos políticos e sociais: a associação, o partido político e o próprio jornal. A partir desses pilares, é possível compreender o posicionamento do periódico em temas relacionados à desigualdade social, às condições de vida e trabalho, à atuação política e à organização dos trabalhadores em associações.

O jornal defendia a criação de sociedades que reunissem trabalhadores de uma mesma categoria ou ramo de atividade, ao mesmo tempo em que apoiava a formação de associações pluriprofissionais, capazes de congregar trabalhadores de diferentes ofícios. Essa perspectiva refletia a atuação direta dos integrantes do periódico, muitos dos quais ocupavam cargos de liderança em associações operárias no Amazonas. Era o caso de Elesbão Luz, vinculado ao *Centro Operário do Amazonas*, e dos redatores Marcelino Ferreira e Guilherme de Oliveira, membros da *União Operária Nacional*.

A respeito do aspecto organizativo em “associação”, os redatores do *Vida Operária* aceitavam tanto as entidades mutualistas quanto os sindicatos, diferenciando-se de outros grupos que condenavam veemente as associações beneficentes. A relação do grupo *Vida Operária* com as associações era de proximidade, contando com apoio, sobretudo, financeiro das associações para o funcionamento do jornal. O primeiro número do *Vida Operária* contou com o apoio da *Sociedade Beneficente União dos Foguistas*, que doou a quantia de 39\$000 (trinta e nove mil réis) e da *União Operária Amazonense*, que doou 17\$000 (dezessete mil réis), dentre outros colaboradores que individualmente ou em nome da sua instituição, contribuíram com o lançamento do jornal, arrecadando no total 227\$000 (duzentos e vinte e sete mil réis) – (*Vida Operária*, Manaus, n. 11, 18 abr. 1920).

Em todas as edições do *Vida Operária*, havia um espaço destinado à divulgação de convocatórias e informes das reuniões das agremiações. Além de divulgar essas atividades, o periódico acompanhava regularmente a vida associativa local, garantindo a participação de seus representantes sempre que eram convidados para as sessões de assembleia geral e reuniões de diretoria.

Centro Operário do Amazonas – Em o dia 25 do mês findo foi este Centro visitado por um dos nossos companheiros de redacção que ali fora em propaganda deste órgão. Recebido distintamente pelos camaradas em plena sessão, após a leitura do expediente, de posse da palavra expôs numa brilhante alocução o fim de sua visita: Entre outras coisas, disse o nosso companheiro, que se achando o operariado amazonense organizado e forte, tornava-se preciso antes de tudo, manter em nosso meio um jornal que fosse a sua legítima defesa, sendo as suas últimas palavras abafadas por uma estrondosa salva de palmas (*Vida Operária*, Manaus, n. 2, 15 fev. 1920).

Como podemos observar, a defesa da importância da propaganda estava presente nos discursos dos representantes do *Vida Operária*. Nas folhas operárias, nota-se a existência de uma coluna denominada “Indicador Social”, destinada à divulgação das atividades das associações, informando o nome da organização, a data das reuniões e o local dos encontros.

União Operária Nacional – Rua Xavier de Mendonça, n. 66. Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil – Rua Lobo d’Almada, n. 60. Centro Operário – Rua José Clemente, grupo escolar Saldanha Marinho. União de Classe dos Pedreiros – Rua Barroso, n. 15. União Beneficente dos Foguistas – Rua Municipal, n. 46. Sociedade das Artes Gráficas – Rua Barroso, n. 15. União dos Moços e Marinheiros – Rua Quintino Bocaiuva (*Vida Operária*, Manaus, n. 2, 15 fev. 1920).

Na coluna “O Noticiário”, o *Vida Operária* divulgava informações mais detalhadas sobre a agenda das associações, indicando a data das reuniões, os horários previstos e as pautas em discussão. Dessa forma, os trabalhadores tinham acesso prévio aos temas que seriam debatidos e deliberados, fossem eles eleições de diretoria, questões de interesse da classe ou assuntos administrativos das entidades.

A redação do jornal visitava com frequência as associações com o objetivo de divulgar o periódico e incentivar os trabalhadores a colaborarem por meio de assinaturas. Um exemplo dessa prática ocorreu em 21 de fevereiro de 1920, na *Associação das Quatro Artes de Construção Civil*. De acordo com a notícia publicada, os redatores do *Vida Operária* foram recebidos pelo presidente e pelos demais membros da agremiação, com os quais conversaram antes da abertura da sessão. Em seguida, foi concedida a palavra a um dos representantes do jornal, que saudou os associados e declarou ter comparecido para promover o *Vida Operária*, apresentado como defensor das classes operárias, conclamando-os a adquirirem assinaturas do periódico (*Vida Operária*, Manaus, n. 4, 29 fev. 1920).

Uma das estratégias utilizadas pelo jornal para aproximar-se da classe trabalhadora consistia na participação em atividades promovidas pelas associações operárias, como o festival organizado pela *Associação de Classe das Quatro Artes de Construção Civil*. Em 13 de março de 1920, a entidade realizou em

Manaus um “grandioso festival no Alcazar”, em benefício da Bolsa do Trabalho e dedicado às classes trabalhadoras do Amazonas. Na ocasião, a empresa Fontenelle & Cia exibiu o “majestoso filme da Selzarick Pictures: *Herança do Pecado*”. O evento foi elogiado pelo *Vida Operária*, que registrou que “em diversos trechos de pungente efeito vimos lágrimas deslizarem dos olhos de muitos assistentes” (*Vida Operária*, Manaus, n. 7, 21 mar 1920).

Diferentemente do projeto defendido por *A Luta Social*, o *Vida Operária* apostava na combinação entre organização associativa e atuação política institucional. O periódico procurava fortalecer as entidades operárias já existentes e defender reformas voltadas à ampliação dos direitos dos trabalhadores. Sua atuação demonstra a existência de um projeto de identidade coletiva orientado pela conquista gradual de direitos e pela participação nos espaços formais da vida política.

O Extremo Norte (1920)

O jornal *O Extremo Norte* foi lançado no Amazonas em 1920. Tinha como diretor Nicoláo Pimentel e como redatores os trabalhadores Raul Braga, Luiz Amorim e Themistocles dos Reis. Estruturado em quatro páginas distribuídas em quatro colunas, o periódico contava com seções fixas, como “Notas & Factos”, artigos opinativos, crônicas, manifestos e o expediente, no qual eram apresentadas informações sobre a redação, o endereço e os responsáveis pela publicação. Seu programa editorial, conforme declarado no cabeçalho, consistia na “defesa da causa do proletariado, baseado nos princípios do socialismo contemporâneo” (*Extremo Norte*, Manaus, n. 13, 08 abr. 1920).

Em suas páginas, os redatores reconheciam que o movimento socialista avançava no Amazonas e já se diferenciava daquele existente uma década antes. Nesse contexto, faziam referência à liderança de José de Calazans Bezerra e aos seus esforços na divulgação das ideias socialistas, afirmando que isso ocorrera “graças aos ingentes esforços de um grupo de propagandistas deste sublime ideal, um dos quais merece menção honrosa”. Segundo o periódico, José de Calazans Bezerra teria sido um dos principais responsáveis pela difusão dessas ideias e pelo avanço do socialismo no Amazonas, que seguia “em passos largos, o seu itinerário, a caminho do triunfo” (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 16, 1 mai. 1920).

Para o grupo responsável por *O Extremo Norte*, a organização dos trabalhadores constituía um elemento fundamental para o fortalecimento do movimento socialista no Amazonas. Os redatores dirigiam críticas a determinadas associações que, embora tivessem suas atividades divulgadas pelo

periódico, eram questionadas por adotarem estruturas organizativas consideradas incompatíveis com os princípios do socialismo.

Um dos principais alvos dessas críticas foi a *União Operária Nacional*, que, segundo o jornal, “está nas condições citadas porque não tendo forma federativa, como todos nós sabemos, abrange toda a sorte de operário, prejudicando deste modo a organização das Associações por classe” (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 05 jun. 1920). Na avaliação dos articulistas, essas características explicava a “estagnação” da entidade, atribuída à falta de compreensão de seus dirigentes acerca dos princípios de organização defendidos pelo movimento socialista. Argumentava-se ainda que a manutenção desse modelo organizativo poderia comprometer o desenvolvimento da organização operária no estado. Diante desse quadro, o periódico orientava os trabalhadores a se organizarem “por classes distintas para o Socialismo no Amazonas não ser uma coisa abstrata” (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 05 jun. 1920).

Diferentemente de outros grupos que defendiam a organização operária por meio de federações, os redatores de *O Extremo Norte* privilegiavam a organização dos trabalhadores por categoria profissional. Nessa perspectiva, apoiavam a criação de sindicatos organizados por ofício ou ramo de atividade, como os dos cigarreiros, estivadores e talhadores, entre outros. As críticas dirigidas a outras correntes também eram recorrentes em suas páginas. Em diversos artigos, essas tendências eram caracterizadas como “puramente individualistas”, por concentrarem seus ataques, sobretudo, ao Estado, considerado “como o seu maior, mesmo como seu único inimigo” (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 19, 20 mai. 1920).

Para os redatores de *O Extremo Norte*, a tática do movimento operário moderno resumia-se à máxima segundo a qual “a emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos mesmos trabalhadores” (*O Extremo Norte*, Manaus, n. 22, 12 jun. 1920). Nessa perspectiva, defendia-se que os próprios trabalhadores participassem ativamente do processo de transformação social, em diferentes instâncias de organização e mobilização, como condição necessária para a melhoria de suas condições de vida e trabalho.

O Extremo Norte expressava uma concepção de organização operária distinta das demais correntes analisadas. Embora compartilhasse da defesa do socialismo, seus redatores enfatizavam a organização por categorias profissionais e criticavam modelos associativos considerados pouco eficazes para a construção de uma consciência de classe mais sólida. Dessa forma, o jornal contribuiu

para difundir um projeto de identidades de classe e na participação ativa dos trabalhadores em seus processos de mobilização.

Considerações finais

O estudo da imprensa operária em Manaus no período de 1890 a 1920 demonstra a complexidade e a vitalidade do movimento dos trabalhadores durante a Primeira República. A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que os periódicos operários se constituíram em instrumentos fundamentais de organização, politização e construção identitária para a classe trabalhadora urbana.

Conforme demonstrado, a imprensa operária em Manaus cumpriu um papel estratégico na articulação do associativismo, funcionando como uma rede de comunicação que conectava diferentes categorias profissionais, divulgava suas pautas de luta e fornecia orientação tática e doutrinária. Como evidenciado na Tabela 1, essa imprensa não era homogênea, mas refletia projetos identitários distintos, que iam desde uma identidade de classe antagônica, baseada na ação direta e na rejeição completa ao Estado e ao capital, defendida por *A Lucta Social*, até uma identidade de cidadão-trabalhador, voltada à conquista de direitos e à representação política por meio das instituições vigentes, defendida por *Vida Operária*. Essa diversidade confirma a assertiva de Claudio Batalha (1999) acerca da heterogeneidade do movimento operário brasileiro durante a Primeira República.

A principal contribuição deste artigo reside, portanto, na descentralização do olhar sobre o movimento operário brasileiro, ao demonstrar a maturidade e a complexidade das organizações dos trabalhadores em Manaus. Ao reconstituir os vínculos entre imprensa, associações e lideranças locais, o estudo amplia a compreensão sobre os diversos projetos políticos e identitários que caracterizaram a classe trabalhadora brasileira, evidenciando que a imprensa operária constituiu um espaço privilegiado de elaboração de estratégias de luta e construção de identidades coletivas entre os trabalhadores.

Referências bibliográficas

A Lucta Social, Manaus, 01 de maio de 1914.

A Lucta Social, Manaus, 27 de fevereiro de 1914.

A Lucta Social, Manaus, n. 1, 29 de março de 1914.

A Lucta Social, Manaus, n. 3, 01 de junho de 1914.

A Lucta Social, Manaus, n. 4, 01 de setembro de 1914.

A Lucta Social, Manaus, n. 6, 01 de novembro de 1914.

BATALHA, Cláudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária, In: **Cadernos AEL**. pp. 43-67, v.6, nº10/11, Campinas, Unicamp, 1999.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Identidade e trabalho**: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920). Londrina, Edel, 2008.

CARDOSO, Alcina Maria de Lara; ARAÚJO, Sílvia Maria Pereira de. Jornais Operários – Metodologia para análise história do discurso operário na Primeira República. **Revista História: Questões & debates**, Curitiba, 4(6): 99-110 jun. 1983.

Confederação do Trabalho, Manaus, ano 1, n. 1, 14 de novembro de 1909.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, Maria de Nazareth. **Imprensa Operária no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

Gutenberg, Manaus, anno I, n. 1, 15 de novembro de 1891.

JARDIM, Jorge Luiz Pastorisa. **Comunicação e militância**: a imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892- 1923). Dissertação (Mestrado em História), PPGH/PUC-RS, Porto Alegre, 1990.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária**: Mobilização e organização em Pelotas (1888-1937). Tese (doutorado em sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

MACIEL, Laura Antunes. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”?. **Revista História & Perspectiva**, Uberlândia (39): 89-135, jul-dez, 2008.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890-1920**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MELO, José Marques de. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo, pioneira, 1972.

O Constructor Civil, Manaus, n. 1, 05 de janeiro de 1920.

O Extremo Norte, Manaus, n. 13, 08 de abril de 1920.

O Extremo Norte, Manaus, n. 16, 01 de maio de 1920.

O Extremo Norte, Manaus, n. 19, 05 de junho de 1920.

O Extremo Norte, Manaus, n. 19, 20 de maio de 1920.

O Extremo Norte, Manaus, n. 22, 12 de junho de 1920.

Operário, Manáos, 12 de dezembro de 1892.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a união operária seja a nossa pátria!”**: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: editora ufsm; Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2001.

PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **Vozes Operárias**: Fontes para a história do proletariado amazonense (1890-1930). Rio de Janeiro: Gramma. 2017a.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A pena e a Forja: Jornais de Trabalhadores no Amazonas no século XIX. **Revista Esboços**, Florianópolis, v.21, n.31, p.251-278, ago, 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo no Amazonas (1889-1920). 3. Ed. – Manaus: EDUA, 2015.

PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha**: Trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017b.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária**: os congressos operários no Brasil. Ed. Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1979.

SANTOS, Dhyene Vieira dos. **“Unamo-nos, pois, e criemos uma sociedade”**: cultura associativa, formação e organização da classe trabalhadora em Manaus (1869-1930). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

TELES, Luciano Everton Costa. **A Imprensa Operária no Amazonas (1891-1920)**: algumas dimensões. Manaus: Editora UEA, 2020.

TELES, Luciano Everton Costa. A imprensa operária no Amazonas nos anos iniciais do século XX: caminhos de pesquisa. **Manduarisawa – Revista Discente do Curso de História da UFAM**, vol. 7, ano 2, 2023.

TELES, Luciano Everton Costa. As palavras impressas e a pesquisa histórica: os jornais operários no Amazonas (1890-1928). **Revista Historiae**, vol. 9, n. 1. Rio Grande. 2018b.

TELES, Luciano Everton Costa. Conexões entre a Confederação Operária Brasileira e a Região Norte: militância e imprensa operária no Amazonas e no Pará (1906-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 14, 2022.

TELES, Luciano Everton Costa. **Construindo redes sociais, projetos de identidade e espaços políticos**: a imprensa operária no Amazonas (1890-1928). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018a.

TELES, Luciano Everton Costa. Tércio Miranda: uma liderança anarquista na Amazônia (1913-1914). **Revista Mundos do Trabalho**, Porto Alegre, vol. 9, n. 17, jan-jul de 2017.

Tribuna do Caixeiro, Manaus, n. 17, 09 de agosto de 1908.

Vida Operária, Manáos, n. 2, 15 de fevereiro de 1920.

Vida Operária, Manaus, n. 11, 18 de abril de 1920.

Vida Operária, Manaus, n. 2, 15 de fevereiro de 1920.

Vida Operária, Manaus, n. 4, 29 de fevereiro de 1920.

Vida Operária, Manaus, n. 7, 21 de março de 1920.